

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**OLGA VÖLZ MEDEIROS**

**A GESTÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO CIDADÃ  
DO ALUNO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CURITIBA**

**2016**

**OLGA VÖLZ MEDEIROS**

**A GESTÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO CIDADÃ  
DO ALUNO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Maria Cristina Trois Dorneles Rau

**CURITIBA**

**2016**

## **A GESTÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Olga Völz Medeiros**

### **RESUMO**

Permitir que os pais sintam-se parte integrante do desenvolvimento dos filhos e sua trajetória para o crescimento na escola de Ensino Fundamental é trabalho que requer paciência e persistência por parte da equipe pedagógica, direção, professores e funcionários. Observa-se a existência de dificuldades de inserção destes pais e/ou responsáveis na comunidade escolar, começando pelo tipo de atendimento dispensado aos educandos de baixa renda e suas famílias. A dificuldade dos mesmos em participar dos órgãos colegiados dessas escolas demonstra a falta de reconhecimento como cidadãos de direito que essa população vivencia e, assim, desmotivando um melhor entendimento, valorização e comprometimento com o ensino aprendizagem. O presente artigo objetivou abordar a participação de toda comunidade escolar nas decisões que envolvam a escola como um todo, incluindo a opinião das famílias inclusas no programa Bolsa Família. Partindo de pesquisa bibliográfica fundamentada por (Paro, 2004) e da observação ao atendimento realizado pela equipe pedagógica e direção a pais de alunos carentes em um colégio estadual de ensino fundamental e médio do estado do Paraná, buscou-se aqui, mostrar além da necessidade de mudanças, que existe uma real possibilidade da melhoria no crescimento pessoal e coletivo na comunidade escolar, e que pode ser atingida dependendo principalmente da gestão da escola, de como o gestor é capacitado e exerce a liderança no ambiente que lapida a personalidade do educando, dando-lhes capacidade de discernimento e poder de fazer as melhores escolhas. A partir dos estudos consideramos que frente a transformações culturais, sociais e políticas, a inserção e valorização da comunidade escolar é peça fundamental no firme propósito de valorização do ser humano e sua formação.

**Palavras-chave:** Gestão escolar, educação e pobreza.

## 1 INTRODUÇÃO

Atuando como agente educacional II já há uma década em uma escola estadual do Paraná, muitas vezes depara-se com pais e alunos sendo atendidos pela equipe pedagógica e direção, pelos mais diversos motivos, e observa-se que o principal é o mau comportamento de seus filhos. Pais que somente são vistos na escola pela existência de algum quadro negativo envolvendo o aluno e por isso os pais e/ou responsáveis são obrigados a comparecer. Observa-se a falta de participação das famílias de baixa renda, principalmente os que participam do Bolsa Família, projeto do Governo Federal, na escola onde seus filhos estudam e, como motivar e conscientizar essas famílias da importância da participação de todos na escola é um problema de difícil solução.

Essas famílias carentes não participam dos órgãos colegiados das escolas de seus filhos e, na maioria das vezes, somente escutam as queixas do mau comportamento dos mesmos, concordando com tudo que os pedagogos e direção falam e, escutando as orientações que geralmente são para que conversem mais com os filhos, orientando-os para que prestem mais atenção às aulas e conversem menos durante as mesmas; para que façam os trabalhos solicitados pelos professores e entreguem os mesmos nos prazos estabelecidos; tenham horário para estudar em casa e respeitem os colegas e professores. Nota-se que de um modo geral que tais informações que não são levadas a sério por esses pais, pois estão mais preocupados em ganhar o pão de cada dia e, em algumas situações a família é tão desestruturada e enfrenta tantos problemas, por isso, a partir do primeiro contato com a família, as orientações são feitas somente com os alunos, (com muita conversa e orientação) incentivando-os a terem crescimento intelectual.

A prioridade dessas famílias é o sustento diário, assim, as Leis e o Estatuto da Criança e Adolescente não trazem mudanças significativas para a sua realidade. Por outro lado, a escola tenta mostrar que eles têm o dever de zelar, junto com a comunidade, a sociedade e o poder público pelos direitos dos seus filhos com o consta no Art. 4º do ECA.

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos

referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.(ECA, 1990).

Entende-se por direito, segundo Cegala (2005), “aquilo que é justo, conforme a lei e a justiça. Ciência que estuda e determina preceitos, regras e leis, com as respectivas sanções, que regem as relações dos homens em sociedade.”

O sistema atual de gestão escolar é um sistema hierárquico, tendo no diretor o detentor do poder, mas esse poder como papel de atuação é ilusório, pois ele é de fato o responsável pelo cumprimento da gestão na escola. Mesmo o diretor tendo à disposição modernos e adequados métodos de administração de recursos, falta-lhe autonomia frente a escalões superiores e condições reais para o desenvolvimento de atividades e utilização dos escassos recursos que a escola recebe para se manter.

Neste sentido é na gestão escolar que as prioridades da escola são definidas, assim como o atendimento e valorização da família, dos alunos e a relação destes com a escola. Como bem demonstra Leite (2016): “O diretor da escola tem uma importância fundamental na organização e funcionamento da instituição escolar, em todos os seus aspectos: físico, sóciopolítico, relacional, material, financeiro e pedagógico.”

O tratamento dispensado a todos da comunidade, principalmente aos menos favorecidos e que tiveram pouco acesso à cultura devido à situação de exclusão social em que vivem, merecem o mesmo atendimento e respeito daqueles que tiveram acesso a uma educação de qualidade e uma vida menos sofrida.

É através da visão do gestor e sua capacidade de administrar e gerir conflitos que o ambiente escolar se transforma em um ambiente de aprendizado e de participação da comunidade escolar. Mesmo que para o aluno o direito de aprender os conteúdos seja fundamental no ambiente escolar, este precisa estar articulado a outros espaços, também relevantes na formação humana e cidadã, pois a aprendizagem inclui processos individuais e sociais desenvolvidos durante a vida.

Cidadania, segundo CEGALLA (2005), é a condição de quem goza plenamente de seus direitos civis e políticos.

## 2 EDUCAÇÃO E POBREZA

Em nosso cotidiano escutamos muito as palavras “diversidade”, “preconceito” e “discriminação” como temas que necessitam ser trabalhados por todos, principalmente nas escolas onde as crianças e jovens estão sendo preparados e lapidados para alcançar plena cidadania. Muitos, porém, não têm a noção real do significado destas palavras. De acordo com o site Significados, “variedade, pluralidade, diferença, é a reunião de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si.” Trabalhar a diversidade incentivando o respeito a todos é uma tarefa árdua e constante, principalmente no ambiente escolar e com a inclusão de alunos com deficiência e oriundos da periferia pobre das cidades, que frequentam a escola por força da exigência do Programa Bolsa Família.

O preconceito engessa a possibilidade de desenvolvimento da formação humana. Neste sentido, Jungmann (1997) aponta que:

Em termos gerais, preconceito é a teoria da desigualdade racial, entre outras formas, e discriminação é a sua prática. Preconceito é uma ATITUDE cultural positiva ou negativa dirigida a membros de um grupo ou categoria social. Como uma atitude, combina crenças e juízos de valor com predisposições emocionais positivas ou negativas. (JUNGMANN, 1997 , p.108).

E a discriminação nos veda os olhos às qualidades e potencial de cada indivíduo significando:

Tratamento pior ou injusto dado a alguém devido a características pessoais, preconceito, intolerância. Ato ou atitude que quebra o princípio de igualdade, como distinção, exclusão, restrição ou preferência, motivado por raça, cor, sexo, idade, credo religioso, convicções políticas entre outros. (HOUAISS, 2001, p.1053).

Para que o preconceito e a discriminação percam espaço nas escolas e na vida de todos, o respeito é a palavra chave. Respeitar o outro em sua individualidade não significa agir ou pensar igual e sim aceitar que as pessoas são diferentes. O respeito recíproco dentro de uma sociedade organizada é o equilíbrio que a maior parte das pessoas almejam.

De acordo com Paro (2004), a escola deve ser aberta para que todas as famílias dos alunos participem, para a construção de uma relação de confiança e crescimento da comunidade. Portanto, a escola deve incentivar a participação dos pais e formar o entendimento de que a escola não é a única responsável pela formação de seus filhos. Embora ela seja essencial na formação das crianças e adolescentes, sem o papel dos pais, que é ensinar os princípios morais, sociais e espirituais, a luta pelo crescimento do aluno é em vão, pois isto interfere diretamente no desenvolvimento intelectual e social do educando.

São muitas as dificuldades enfrentadas tanto pela direção, funcionários e professores como também pela própria família dos alunos para que essa participação tão almejada aconteça e, entre elas está a falta de tempo relatada pelos pais já que com os filhos na escola, o serviço que estes faziam fica a cargo dos pais, quanto aos funcionários uma das justificativas é que o serviço não pode acumular para o bom funcionamento da instituição e os professores tem seus alunos para atender, aulas e avaliações para preparar. Essa entre tantas outras dificuldades nos remete a fala de Paro (2004):

Mas a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades. (PARO, 2004, p. 16).

## 2.1 Gestão Escolar Democrática

O gestor deve ser principalmente um líder, pois a eficácia de sua gestão está efetivamente ligado à liderança, na qual alunos, professores, equipe pedagógica e funcionários, tanto do administrativo como de limpeza e manutenção, sentirão firmeza, coerência e apoio para sempre procurar melhorar o trabalho em prol da formação intelectual, social e apoio ao aluno, que é o objetivo principal da escola. O gestor que possui uma capacidade de liderança construtiva aprimora seus conhecimentos e transforma a escola, pois é respeitado, admirado e apoiado em suas idéias, as quais compartilha com a comunidade escolar formando uma gestão participativa. Esse gestor sempre direciona o foco de suas atitudes no crescimento e aprimoramento dos alunos do estabelecimento escolar pelos quais se dedica.

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005) apud Carmo (2016), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola. Uma gestão democrática não é aquela que até ouve quem quer dar opinião, mas tendo as decisões já tomadas mascara a democracia. A gestão democrática é voltada para ações na educação como bem nos mostra Menezes (2001).

Expressão relacionada à atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos. (MENEZES, 2001).

Gestores presos ao passado e ao autoritarismo se apoderam de um espaço que não é seu, espaço que é da sociedade, espaço que deve valorizar o ser humano e proporcionar seu desenvolvimento, barram a integração da comunidade que deve ser vista como o motivo principal da existência da escola neste lugar. Em nossa escola pública essa democracia, onde todos têm efetiva participação ainda é uma utopia como nos fala Paro,(2004, pag 9): “Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública de 1º e 2º graus que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica.” E mesmo os gestores capacitados e atualizados, que procuram aproximar do convívio escolar os pais e familiares dos alunos de sua escola, encontram muitas dificuldades e resistência por parte dos mesmos por diversos motivos, entre eles a falta de tempo e a ignorância de serem cidadãos capazes de interferir na elaboração do projeto político pedagógico da escola de seus filhos, assim como alguns funcionários e professores que preferem omitir seus questionamentos a respeito da condução do dia a dia da escola sentindo-se incapazes de oferecer melhores opções de ações eficazes no trabalho perante os problemas enfrentados no ambiente escolar.

É necessária a realização de um trabalho dentro da escola que englobe toda a equipe escolar, direção, pedagogos, funcionários e professores, juntamente com a comunidade, para que se promova a superação da dificuldade de participação dos pais no cotidiano escolar de seus filhos, e com isso a integração e



comprometimento com o ensino. Ao se criar situações para a participação da família o professor, equipe pedagógica, direção e funcionários, reforçam a integração e a construção de saberes, aprendizado e formação do cidadão consciente.

A participação e o interesse da família pela vida escolar do aluno estão relacionados ao bom resultado da proposta educacional, por isso a importância de estimular o convívio da família na escola e o envolvimento no planejamento da proposta político-pedagógica da mesma.

A criação e envolvimento das instituições colegiadas como Conselho Escolar e APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) são um primeiro passo para a participação da comunidade escolar nas decisões nas escolas onde seus filhos estudam, embora não se concretizem inteiramente, pois na realidade não há uma participação efetiva dos pais e/ou responsáveis pelos alunos. Percebe-se que as famílias procuram se envolver somente o necessário na escolarização dos filhos, comparecendo na escola somente quando convocados, isto devido à falta de tempo informada por muitos e também por força da educação formal ditatória da qual tentamos emergir. Principalmente os menos favorecidos não se sentem em condições de expor suas dúvidas e dar sugestões nas escolas de seus filhos, pois enfrentam em seu dia a dia a invisibilidade que lhes foi imposta pela sociedade, a insignificância de suas existências fragilizadas pela pobreza e falta de conhecimento sistematizado em suas vivências como vemos em Pinzani e Rego, Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pag 7.

Convém pontuar que a pobreza leva à falta de instrução, uma vez que as crianças são obrigadas a deixar a escola para trabalhar e ajudar a família, enquanto a falta de instrução perpetua a pobreza, pois, sem instrução e qualificação, não há como entrar no mundo do trabalho e sair dessa condição (PINZANI E REGO, 2016).

Quando no espaço da escola, lugar de construção do conhecimento existem pessoas que se julgam superiores por serem detentoras de uma maior escolarização, essas vozes se calam, mesmo que na sua simples sabedoria esteja a resposta de algo que não lhes passou despercebido. Com tantas dificuldades para simplesmente atrair os pais, de tornar o ambiente escolar atrativo e acolhedor para as crianças, ainda precisamos vencer a ideia de que apenas o diretor é detentor do

poder de decisão, que suas determinações não devem ser questionadas. Neste sentido Pereira (1976, p.129 apud Bezerra, 2010, pag. 284) destaca que “ eles sabem por experiência própria, da posição desvantajosa que ficam as pessoas que não dominam suficientemente as ‘técnicas elementares da cultura’, num ambiente cuja cultura apresenta amplos setores letrados”.

Observa-se também que o quadro de professores e funcionários necessita contar com incentivo e valorização do seu trabalho para assim se munir de disposição a cada dia para superar as dificuldades, melhorar e se dedicar a suas atividades com o propósito de uma educação igualitária e de respeito às diferenças. Esse incentivo e valorização parte do gestor, de sua preparação, visão e capacidade de gerir pessoas e harmonizar equipes. Concordando com esse pensamento Baú (2011, pag.51) nos diz: “Se houver uma atuação constante, diária junto do pessoal, junto dos professores e pelo contato com os alunos, o diretor está em condições de criar em sua escola um clima propício à formação sólida de seus alunos.”

Reuniões bem organizadas dão um ótimo resultado. Depende do diretor para que essas reuniões, ou sejam vistas como um mal necessário destinadas a transmitir informação unidirecional, de cima para baixo, ou um meio privilegiado de instituir comunicação sob todos os pontos de vista demonstrando a necessidade de estarem a par de tudo, de manifestarem suas opiniões e posições, e de propiciar um bom clima de trabalho em que a livre expressão favoreça a idéia de conjunto.

A escola não é somente lugar de aprendizagem, é mais que isso, é o lugar em que a criança vai se sociabilizar, vai aprender a viver, desenvolvendo-se na coletividade, favorecendo sua inserção social e profissional. Deste modo é fundamental que diretor e professores permitam não só uma ação sobre a inteligência das crianças, mas da mesma forma sobre a sua sensibilidade, vontade e até a adaptação à sociedade atual e futura. Uma real participação da comunidade escolar embora utópica, pode se transformar em solução para os problemas enfrentados pela escola de acordo com Paro (2004, pag.9). “...efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica.” pois embora não exista pode vir a existir pois é algo desejável do ponto de vista da solução de problemas na escola.”

O ensino público deve permitir acesso a todos e com qualidade, sem

privilegiar minorias, respeitando a diversidade e valorizando a cultura regional. Nessa valorização a gestão da escola, na figura do diretor, desempenha importante papel.

Nas palavras de Luck (2000) apud Leite (2016):

Portanto, o processo de gestão escolar deve estar voltado para garantir que os alunos aprendam sobre o seu mundo e sobre si mesmos em relação a esse mundo, adquiram conhecimentos úteis e aprendam a trabalhar com informações de complexidades gradativas e contraditórias da realidade social, econômica, política e científica, como condição para o exercício da cidadania responsável.

A gestão democrática tem como fundamento inicial a descentralização da educação, que conforme Luck (2000) apud Leite(2016), decorre do entendimento de que:

(...) apenas localmente é possível promover a gestão da escola e do processo educacional pelo qual é responsável, tendo em vista que, sendo a escola uma organização social e o processo educacional que promove, altamente dinâmico, qualquer esforço centralizado e distante estaria fadado ao fracasso, como de fato, tem-se verificado. Também, é sobretudo como reconhecimento da força dos movimentos democráticos, como condição de transformação e desenvolvimento social.(LEITE, 2016).

Mesmo a legislação buscando a modernização, a pessoa do gestor deve ter a determinação de ultrapassar preconceitos e vislumbrar uma educação de qualidade e igualitária.

A busca por mais vagas na escola pública e os novos rumos nas práticas administrativas da educação, principalmente a busca por uma gestão democrática passam pelo aprimoramento e qualificação dos envolvidos na estrutura escolar, a capacitação periódica dos educadores, tenta tornar a educação instrumento de crescimento e valorização do ser humano.

## 2.2 Capacitação da direção, funcionários e professores

A existência da preocupação com o respeito à diversidade, o acolhimento dos menos favorecidos e a melhoria da educação fizeram surgir normas para a capacitação dos profissionais que atuam na educação, tais como a exigência de curso para a candidatura ao cargo de diretor escolar de acordo com a resolução Nº 3373/2015 – GS/SEED da Secretaria de Estado da Educação – SEED.

No artigo 5º contempla os requisitos que os candidatos ao cargo de diretor precisam atender para o registro da Chapa e no requisito XIII nos remete a importância da capacitação do diretor em gestão escolar, pois gerir uma escola requer qualificação específica.

XIII – ter participado de curso de gestão escolar específico em formação continuada, oferecido pela SEED, ou em parceria com outras Instituições formadoras ou do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, na linha de estudo de Gestão Escolar, ou de curso de Pós Graduação Lato ou Strictu Sensu, com ênfase em Gestão Escolar, comprovado mediante Diploma reconhecido pelo Ministério de Educação.

Dada a importância dessa qualificação à candidatura pode ser impugnada conforme a alínea deste mesmo artigo:

a) Excepcionalmente na Consulta referente à designação compreendida entre os anos de 2016-2019, o curso de Gestão Escolar específico em Formação Continuada deverá ser realizado pelo Diretor e Diretor Auxiliar designados até a data de renovação do mandato. XIV – Será impugnada a candidatura, mesmo deferida a inscrição, se por fato superveniente, o Candidato deixar de cumprir os requisitos dispostos neste Artigo.

A legislação ainda contempla “gestão democrática do ensino público” (inciso VI do artigo 206). Também a LDB (Lei nº 9.394/96) fez referência direta a essa forma de gestão pelo menos três vezes. O inciso VIII do artigo 3º, que define os princípios com base nos quais será ministrado o ensino, fixa o da “gestão democrática do ensino público [...]”. A segunda referência está posta em seu artigo 14, ao determinar que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Aqui no Paraná, de acordo com o site Dia a Dia Educação, os profissionais da educação, todos os anos, têm capacitação oferecida pelo estado. São obrigatórias e todos são inscritos no SICAPE. SICAPE é o Sistema de Capacitação da Educação, desenvolvido pela CELEPAR em 1999, implantado em 2003. Desde então vem sendo aprimorado. É através do SICAPE, que os NRE inscrevem os

profissionais da educação nos eventos de formação continuada e cada escola observa se todos seus professores e funcionários estão inscritos para as oficinas correspondentes.

Esses eventos são a Formação em Ação e são descentralizados, realizados nas escolas duas vezes ao ano, abordando temas de conteúdos curriculares e de demanda regional direcionado a todo o profissional da educação.

Este ano de 2016 temos 13 cursos de capacitação para professores e técnicos administrativos na modalidade a distância, oferecidos e desenvolvidos pela Funtef - UTFPR todos na área de educação, demonstrando assim a importância do aprimoramento dos profissionais.2.3 Abordagem Pedagógica com as Famílias e os educandos.

A escola e a família dos educandos devem estar em harmonia para o desenvolvimento e aprimoramento dos mesmos. De ambos depende o encaminhamento e direcionamento correto da vida da criança e do adolescente em formação. De acordo com a Constituição de 1988, em seu Art. 205, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(Constituição Federal, 1988).

Nesse caminho de muito trabalho e dedicação encontram-se pessoas que fazem essa mediação entre escola, pais e alunos com sabedoria e discernimento, procurando o equilíbrio e o aumento da auto estima dos alunos. Entre esses profissionais estão pedagogos, psicopedagogos e direção que trabalham visando o bem do aluno e o seu crescimento profissional e pessoal. Concordando com esse pensamento, o site Pedagogia ao pé da letra (2013) publicou: “ A escola deve ser um local de alegria e ampliação de vontades e desejos, principalmente do desejo de aprender, pois na escola a criança recebe formação cultural tornando-se membro da sociedade.”

Atualmente a crise de nossa sociedade convoca todos para a formação de nossas crianças e adolescentes, pois somente trabalhando juntos conseguiremos

uma resposta positiva para tantos problemas que nossas escolas enfrentam, como nos fala Ferreira em sua monografia sobre a importância da integração Escola-Família no Processo Pedagógico.

Envolver os familiares na elaboração da proposta pedagógica pode ser a meta da escola que pretende ter um equilíbrio no que diz respeito à disciplina de seus educandos. A sociedade moderna vive uma crise de valores éticos e morais sem precedentes. Essa é uma constatação que norteia os arredores dos setores educacionais, pois é na escola que essa crise pode aflorar mais, ficando em maior evidência. (Ferreira, 2016).

Percebendo a velocidade de trocas de informações por meio da internet, aplicativos e redes sociais, fica a união entre a escola e a família, a única alternativa para direcionar essas crianças e jovens no caminho da realização de boas escolhas, de respeitar o outro e ser respeitado, de plantar boas sementes para colher satisfação e segurança no futuro.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa bibliográfica fundamentada por Paro (2004) foi a metodologia utilizada para o estudo e elaboração do presente artigo. Conforme Lima e Mito (2007) nos demonstram, a importância deste método quando dizem que "...a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório".

### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Frente aos inúmeros problemas enfrentados nas escolas de ensino fundamental do 5º ao no 9º ano, e vivenciando um modelo de sociedade em transformação, numa tentativa de mudança de conceitos que a regem há muitos anos, busca-se o equilíbrio e respeito entre culturas diferentes e que estão se encontrando nessa época de globalização, à escola cabe a difícil tarefa de mediar esses grupos nessa transformação social e buscar o favorecimento de aquisição de conhecimento, de alargar as fronteiras do aceitável, valorização de vivências, as experiências sociais e de vida tão diferentes.

Considerando que cada indivíduo tem algo a ensinar e algo a aprender, e juntos compartilhando cada sabedoria é possível melhorar a educação, a vida e a expectativa de crescimento intelectual de cada cidadão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo constatou-se que deverá haver uma atuação mais firme por parte da equipe escolar, professores, funcionários, diretores e equipe pedagógica, no sentido incentivar o diálogo, o respeito e a confiança, para que todos da comunidade escolar, alunos, pais, familiares e demais integrantes da escola sintam-se cidadão de direito com capacidade de intervir positivamente no ambiente escolar usando seus conhecimentos e suas experiências de vida, formando assim um sociedade capaz de se unir em prol da evolução consciente da criança, um cidadão em desenvolvimento.

Sugere-se, portanto, refletir sobre o atual momento político e social, a realização de um amplo diálogo com professores e educadores sobre as mudanças no ensino médio. Mudanças necessárias, as quais devem ser debatidas envolvendo a comunidade e os que vivenciam o dia a dia da educação, seus problemas, erros e acertos e, sendo o Brasil um país com grande extensão territorial e enormes diferenças regionais, possibilitar o enfrentamento regional das dificuldades na educação.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉA E PATRÍCIA, **Relação escola - família e a intervenção do psicopedagogo**, Publicado em: Educação por Pedagogia ao Pé da Letra no dia 25 de abril de 2013, Disponível em <http://pedagogiaaopedaletra.com/relacao-escola-familia-e-a-intervencao-do-psicopedagogo/> Acesso em 08/10/2016.

BAÚ, Rosimar – **Reflexões sobre Gestão Escolar**, Cascavel, Assoeste Gráfica e Editora Ltda, 2011.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1998.

CARVALHO, Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves; SARTORATO, Eduardo. **Pesquisa Bibliográfica**. Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>. Acesso em 26/10/2016.

CEGALLA, Domingos Pascoal – **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2005.

Dia a Dia Educação – **Gestão Escolar – Formação - Disponível em** <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=422> Acesso em 23/10/2016.

ECA - **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Impresso na Imprensa Oficial do Estado - Curitiba – Paraná- agosto de 2004.

FERREIRA, Claudia Puget - **Importância da integração escola - família no processo pedagógico**, Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos3/integracao-escola-familia/integracao-escola-familia.shtml> - Acesso em 08/10/2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

JUNGMANN, Ruy – **Dicionário de Sociologia**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed., 1997.

LEITE, Acenilia de Oliveira Felix, **Princípios da Gestão Escolar Democrática**, Disponível em: <http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/04122012Acenilia%20de%20oliveira%20Felix%20Leite%20-%20TCC.pdf> Acesso em 26/10/2016.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de, e MIOTO, Regina Célia Tamaso - **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**, 2016, Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>, Acesso em 26/10/2016.



LUCE, Maria Beatriz, MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de , **Gestão Democrática Escolar**, Disponível em:

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2666/gestao-democratica-escolar> - Acesso em 22/09/2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes gestão escolar. Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/gestao-escolar/>>. Acesso em: 22/10/2016.

OLIVEIRA, João Ferreira de – UFG; MORAES, Karine Nunes de – UFG; DOURADO Luiz Fernandes – UFG- **Políticas e Gestão na Educação** – Disponível em [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf) , Acesso em 11/10/2016.

PARO, Vitor Henrique – **Gestão Democrática na Escola Pública**, São Paulo, Atica, 2004.

SIGNIFICADOS, Disponível em <https://www.significados.com.br/diversidade/> Acesso em 22/10/16.

SILVA, Nilson Robson Guedes - **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA**, Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/306/340>, Acesso 06/10/2016.

SOUZA, Débora Quetti Marques de – UFPE, **GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E PERSPECTIVA**, Disponível em [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328\\_174.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328_174.pdf) Acesso em 03/10/2016.

Superando o preconceito e a discriminação na escola , Texto elaborado pela Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual como

sugestão para o trabalho pedagógico das Instituições de Ensino. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/orienpedag\\_enfrent\\_precon\\_discrim\\_cergds.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/orienpedag_enfrent_precon_discrim_cergds.pdf), Acesso em 25/10/2016.